

RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO

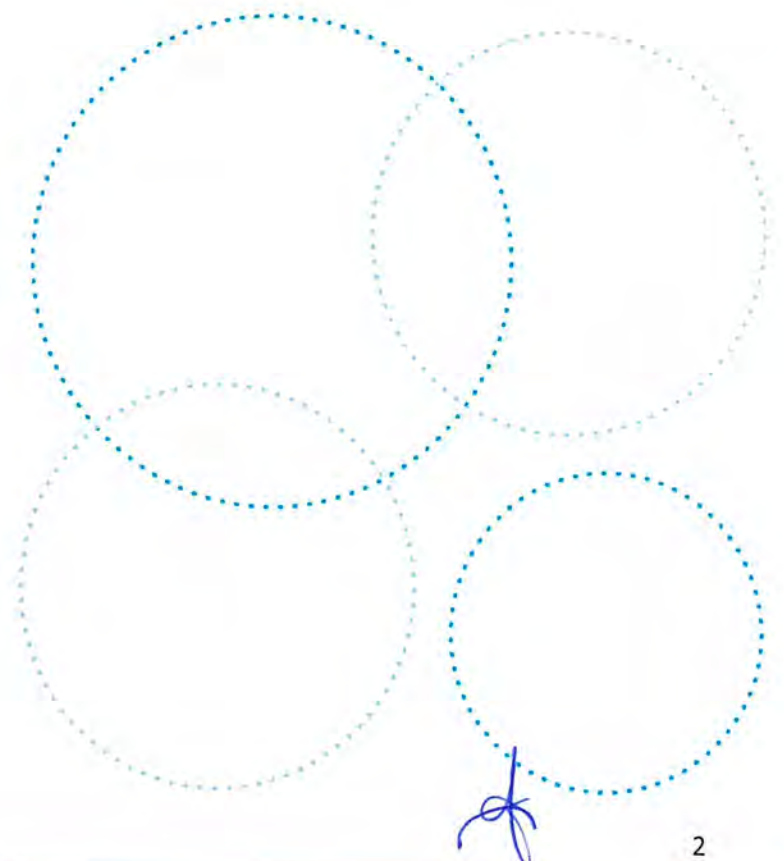
1º semestre
2016

Relatório emitido pela Assessoria de Controle Interno (Ascoi) para acompanhamento da aderência da gestão dos recursos garantidores, das premissas e hipóteses atuariais, da execução orçamentária e dos controles internos e gestão de riscos da Fundação.

Sumário

1 INTRODUÇÃO.....	3
2 GESTÃO DOS INVESTIMENTOS.....	4
3 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA.....	12
4 GESTÃO CONTÁBIL.....	14
5 CONTRATOS E LICITAÇÕES.....	15
6 GESTÃO DO PASSIVO.....	18
7 GOVERNANÇA.....	27
8 PLANO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO.....	27
9 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	28
10 CONCLUSÕES.....	30

U



1. INTRODUÇÃO

Este relatório tem por objetivo apresentar as análises relativas às atividades do **1º semestre de 2016** da Funpresp-Jud, com o objetivo de subsidiar o Conselho Fiscal no que se refere às exigências da Resolução CGPC nº 13, de 1º de outubro de 2004, que estabelece princípios, regras e práticas de governança, gestão e controles internos a serem observados pelas entidades fechadas de previdência complementar – EFPC.

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC – vem estabelecendo regras objetivando a Supervisão Baseada em Risco - SBR, no segmento de previdência complementar fechada, apontando para a necessidade das entidades adotarem uma estrutura de Gestão Baseada em Risco - GBR.

Segundo a Recomendação MPS/CGPC nº 2, de 27 de abril de 2009, a supervisão baseada em risco poderá contar com metodologia que compreenda, dentre outros, a identificação, a avaliação, o controle e o monitoramento da exposição a riscos que possa comprometer a realização dos objetivos da entidade fechada de previdência complementar e de cada plano de benefícios por ela administrado.

Para atender às regras estabelecidas nos normativos vigentes e na metodologia de Supervisão da PREVIC é necessário desenvolver controles internos que permitam às entidades a gestão dos riscos aos quais está exposta dentro de prévia definição dos níveis considerados aceitáveis de exposição, o que varia de acordo com o porte e a complexidade da entidade.

Este relatório está consubstanciado nas informações e nos documentos listados a seguir:

- Relatórios mensais das Coordenadorias e Presidência;
- Relatórios Trimestrais da Diretoria Executiva;
- Relatório de Controles Internos do Conselho Fiscal – 2º semestre 2015;
- Plano de monitoramento dos Indicadores e avaliação do Planejamento Estratégico;
- Política de Gerenciamento de Riscos;
- Atas da Diretoria Executiva e dos Conselhos Deliberativo e Fiscal 2016;
- Relatório de Auditoria dos Patrocinadores 2014 e 2015/2016.

2. GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

Os controles dos investimentos são realizados de modo a monitorar riscos de mercado, de crédito e de liquidez, operacional, legal e sistêmico, bem como para avaliar as rentabilidades, o enquadramento da alocação dos recursos aos limites e parâmetros estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional - CMN e a adequação dos custos com gestão dos investimentos, tudo com vistas ao cumprimento da legislação específica.

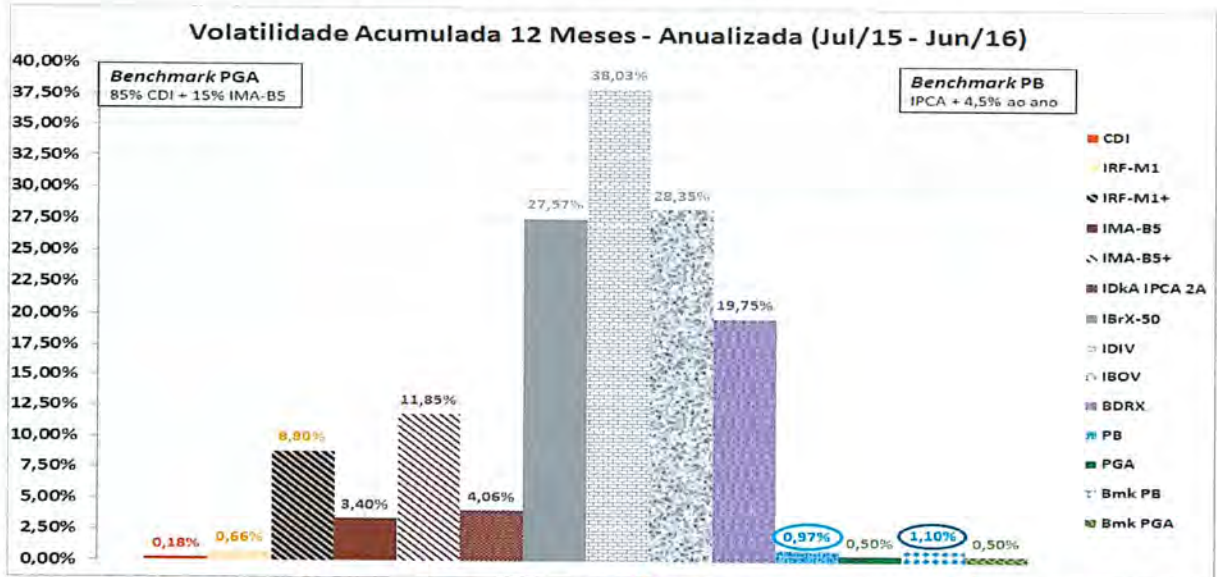
As informações apresentadas neste tópico estão contidas nos **Relatórios de Atividades da Diretoria de Investimentos - DIRIN**.

2.1. GESTÃO DOS RISCOS DE MERCADO, CRÉDITO E LIQUIDEZ

A DIRIN realiza o monitoramento, avaliação e controle dos riscos inerentes à aplicação dos recursos garantidores dos planos de benefícios em títulos e valores mobiliários, o resultado do monitoramento está registrado em relatórios mensais apresentados à Diretoria Executiva e aos Conselhos Deliberativo e Fiscal.

Risco de Mercado: a limitação da exposição ao risco de mercado da Fundação se dá pela volatilidade¹ máxima que a carteira pode apresentar, conforme determinação do Conselho Deliberativo.

A seguir gráfico com a volatilidade acumulada de 12 meses:



* Calculada a partir dos retornos mensais - Elaboração: DIRIN

Fonte: Banco do Brasil (Custodiante Qualificado), Anbima, BM&FBovespa, CETIP, IBGE.

Nota-se que as volatilidades dos planos permaneceram em patamares conservadores, e que a volatilidade assumida pelo PB permanece inferior ao seu *benchmark* (0,96% x 1,10%).

¹ **Volatilidade:** Representa o grau médio de variação dos retornos de um determinado investimento. Calculada a partir dos retornos mensais da carteira de investimentos. Embora não exista um limite estipulado na Política de Investimentos 2016, a Fundação adotou como premissa o limite de 2% (em termos anualizados) em acordo com o Conselho Deliberativo.

Nos relatórios mensais emitidos pela Diretoria de Investimentos consta tópico específico sobre as medidas de risco de mercado:

- (V@R) Valor em Risco: determina a máxima perda esperada em um horizonte de tempo definido, com determinado grau de confiança, sob condições normais de mercado. No caso da Fundação, os cálculos foram realizados com a utilização de um horizonte de tempo de 1 dia útil e de 1 mês e grau de confiança de 95%, em linha com a Política de Investimentos 2016.
- Teste de Estresse (Stress Testing): técnica de simulação que permite avaliar o impacto de condições específicas sobre os ativos (e/ou passivos) de uma instituição. Um cenário mais adverso é criado a partir da perspectiva de eventos críticos e que se situam fora da normalidade previsível. Assim, pode-se calcular uma perda esperada para cenários extremos, algo que não é possível pelo V@R.
- Volatilidade: representa o grau médio de variação dos retornos de um determinado investimento. Calculada a partir dos retornos mensais da carteira de investimentos verificada no último dia útil de cada período (sendo esta carteira mantida constante para os períodos anteriores).

Tabela 1: Plano de Benefícios – PB:

Mês	V@R	Teste de Estresse	Volatilidade Anualizada	Carteira
jan/16	0,46%	0,42%	0,76%	98,8% Renda Fixa + 1,2% Exterior
fev/16	0,35%	0,13%	0,90%	98,9% Renda Fixa + 1,1% Exterior
mar/16	0,07%	-0,24%	1,36%	98,1% RF + 0,9% RV + 1,0% Exterior
abr/16	0,53%	0,41%	0,77%	98,15% RF + 0,9% RV + 0,95% Exterior
mai/16	0,57%	0,48%	0,70%	98,30% RF + 0,75% RV + 0,95% Exterior
jun/16	0,59%	0,57%	0,74%	98,45% RF + 0,75% RV + 0,80% Exterior *

Fonte: Custodiante Qualificado (Banco do Brasil), Funpresp-Jud

* Renda Fixa = 56,0% IPCA (31,3% NTN-B, 19,4% Letras Financeiras e 5,3% Fundos IPCA IDkA 2A e IMA-B5), 41,7% CDI e 0,75% Prefixados (Fundos IRF-M1 e IRF-M1+)

Renda Variável = Fundo de Investimento Ibovespa

Investimento no Exterior = BDR Nível I

Tabela 2: Plano de Gestão Administrativa – PGA

Mês	V@R	Teste de Estresse	Volatilidade Anualizada	Carteira
jan/16	0,82%	0,76%	0,59%	84,5% CDI + 15,5% IMA-B5
fev/16	0,83%	0,77%	0,57%	85,1% CDI + 14,9% IMA-B5
mar/16	0,83%	0,76%	0,57%	84,8% CDI + 15,2% IMA-B5
abr/16	0,83%	0,76%	0,56%	85,0% CDI + 15,0% IMA-B5
mai/16	0,83%	0,77%	0,54%	85,1% CDI + 14,9% IMA-B5
jun/16	0,83%	0,77%	0,54%	85,1% CDI + 14,9% IMA-B5

Fonte: Custodiante Qualificado (Banco do Brasil), Funpresp-Jud

Além do relatório a Dirin realiza mensalmente apresentações para o Conselho Deliberativo, nas quais demonstra outra medida de risco, a Divergência Não Planejada – DNP, medida de controle da divergência entre o resultado efetivo de uma carteira e o valor projetado para essa mesma carteira, também conhecida como *Tracking Error*:

Tabela 3 – DNP Plano de Benefícios – PB 2015/2016

Mês	Rentabilidade Nominal Líquida		DNP Mensal (PB - Bmk)	Desvio-Padrão Acm 12m DNP Mensal
	PB	Benchmark		
jan/15	1,506%	1,638%	-0,131%	0,115%
fev/15	0,970%	1,561%	-0,591%	0,196%
mar/15	0,938%	1,737%	-0,798%	0,281%
abr/15	0,961%	1,087%	-0,116%	0,278%
mai/15	1,039%	1,117%	-0,079%	0,279%
jun/15	1,015%	1,187%	-0,171%	0,278%
jul/15	1,336%	1,050%	0,286%	0,305%
ago/15	0,959%	0,601%	0,358%	0,333%
set/15	0,430%	0,916%	-0,486%	0,334%
out/15	1,353%	1,195%	0,157%	0,346%
nov/15	0,988%	1,383%	-0,396%	0,350%
dez/15	1,332%	1,375%	-0,043%	0,350%
2015	13,60%	15,89%	-2,29%	---
jan/16	1,381%	1,613%	-0,231%	0,350%
fev/16	1,101%	1,191%	-0,090%	0,325%
mar/16	1,089%	0,801%	0,289%	0,270%
abr/16	1,435%	0,917%	0,517%	0,313%
mai/16	1,130%	1,140%	-0,010%	0,312%
jun/16	1,073%	0,725%	0,348%	0,319%
2016	7,43%	6,56%	0,87%	---

Fonte: Banco do Brasil (Custodiante Qualificado), Anbima, BM&FBovespa, CETIP, IBGE.

Elaboração: DIRIN

Tabela 4 – DNP Plano de Gestão Administrativa – PGA

	Rentabilidade Nominal Líquida		DNP Mensal (Plano - Bmk)	Desvio-Padrão Acm 12m DNP Mensal
	PGA	Benchmark		
jan/15	1,102%	1,081%	0,021%	0,013%
fev/15	0,878%	0,865%	0,014%	0,014%
mar/15	1,026%	1,018%	0,008%	0,013%
abr/15	0,887%	0,859%	0,028%	0,014%
mai/15	1,082%	1,065%	0,018%	0,013%
jun/15	1,020%	1,002%	0,018%	0,012%
jul/15	1,280%	1,246%	0,035%	0,011%
ago/15	0,869%	0,849%	0,019%	0,011%
set/15	1,060%	1,041%	0,019%	0,010%
out/15	1,304%	1,294%	0,010%	0,009%
nov/15	0,966%	0,959%	0,007%	0,009%
dez/15	1,292%	1,284%	0,008%	0,009%
2015	13,54%	13,31%	0,23%	---
jan/16	1,330%	1,322%	0,009%	0,009%
fev/16	1,058%	1,063%	-0,005%	0,011%
mar/16	1,095%	1,079%	0,016%	0,010%
abr/16	1,126%	1,107%	0,019%	0,010%
mai/16	1,050%	1,041%	0,010%	0,010%
jun/16	1,111%	1,106%	1,106%	0,010%
2016	6,96%	6,91%	0,06%	---

Fonte: Banco do Brasil (Custodiante Qualificado), Anbima, BM&FBovespa, CETIP, IBGE
Elaboração: DIRIN

Risco de Crédito: as aquisições de títulos privados são precedidas de análise de crédito do emissor, conforme determina a Resolução CMN 3.792, de 2009, e de acordo com as regras estabelecidas na Política de Investimentos da Fundação, a análise é registrada em nota técnica da Diretoria de Investimentos e submetida à Diretoria Executiva.

Constata-se que, em novembro de 2015, ocorreram as primeiras aquisições de título privados - Letras Financeiras para a Carteira Própria do Plano de Benefícios - o processo de aquisição foi analisado por esta Assessoria, que verificou a conformidade legal e operacional do fluxo do processo decisório de investimentos.

Risco de Liquidez: a carteira de investimentos atual da Funpresp-Jud, conta apenas com um ativo que apresenta este risco, as letras financeiras, que são marcados pela curva, tendo sido comprovadas a intenção e a capacidade de manutenção desses títulos até o seu vencimento, respeitados os compromissos financeiros do Plano de Benefícios - PB.

2.2. Da Política de Investimentos – 2016

A aplicação dos recursos correspondentes às reservas, às provisões e aos fundos deve ser realizada conforme diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN. Essas diretrizes estão previstas na Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, e suas alterações.

A Política de Investimentos 2016 foi aprovada pelo Conselho Deliberativo em sua 11ª Sessão Extraordinária, realizada em 02/12/2015, e alterada na 2ª Sessão Extraordinária, realizada em 02/03/2016, encaminhadas à PREVIC em 17/12/2015 e 03/03/2016, respectivamente, em atendimento aos normativos vigentes.

2.3. Aderência da gestão dos recursos garantidores às normas em vigor e à Política de Investimentos 2015

A seguir as tabelas acerca dos limites, alocação objetivo e posição da carteira de investimentos da Funpresp-Jud em 30/06/2016:

Tabela 5 – Plano de Benefícios – PB

Segmento	Alocação 1º Sem/2016	POLÍTICA DE INVESTIMENTOS PB			
		Alocação Objetivo	Limite inferior	Limite superior	Limite legal (Res. CMN 3.792/2009)
Renda Fixa	98,45%	90%	80%	100%	100%
Renda Variável	0,75%	5%	0%	10%	70%
Investimentos Estruturados	0%	2%	0%	5%	20%
Investimentos no Exterior	0,8%	3%	0%	5%	10%

Tabela 6 - Plano de Gestão Administrativa – PGA

Segmento	Alocação 1º Sem/2016	POLÍTICA DE INVESTIMENTOS PGA			
		Alocação Objetivo	Limite inferior	Limite superior	Limite legal (Res. CMN 3.792/2009)
Renda Fixa	100%	100%	100%	100%	100%

2.4. Resultado dos investimentos

A carteira de investimentos do PB finalizou o 1º semestre de 2016 com aproximadamente 98,45% dos recursos em Renda Fixa, 0,75% em Renda Variável e 0,8% em Investimento no Exterior. O detalhamento do segmento de renda fixa era de 56,0% em IPCA (31,3% em NTN-B Ago/2016 e Ago/2018, 19,4% em Letras Financeiras do Bradesco Nov/17, Abr/18, Dez/18 e Abr/19 e do Banco Safra Mar/19, 5,3% em Fundos de Investimento IPCA IDkA 2A e IMA-B5), 41,7% em CDI e 0,75% em Prefixados (Fundos de Investimento IRF-M1 e IRF-M1+).

No acumulado de 2016, a rentabilidade nominal líquida alcançada pelo Plano de Benefícios foi de 7,43% ante 6,72% do CDI e 6,56% do *benchmark* do PB no mesmo período. Já a rentabilidade real líquida se elevou para 2,89%, tendo em vista que o IPCA alcançou 4,42% no período analisado.

A carteira de investimentos do PGA finalizou o 1º semestre de 2016 com 100% dos recursos em Renda Fixa.

A rentabilidade nominal líquida do PGA foi de 1,11% no mês de junho de 2016, ante 1,16% do CDI e 1,11% do *benchmark* do PGA. Já a rentabilidade real líquida atingiu 0,76%.

A seguir as tabelas demonstrando o resultado do PB e do PGA no 1º semestre de 2016:

Tabela 7 – Rentabilidade Nominal

Mês	PB			PGA		
	Bruta	Custo *	Líquida	Bruta	Custo *	Líquida
jan/16	1,39%	0,01%	1,38%	1,35%	0,02%	1,33%
fev/16	1,15%	0,05%	1,10%	1,08%	0,02%	1,06%
mar/16	1,11%	0,02%	1,09%	1,12%	0,02%	1,10%
abr/16	1,48%	0,05%	1,44%	1,15%	0,02%	1,13%
mai/16	1,14%	0,01%	1,13%	1,07%	0,02%	1,05%
jun/16	1,09%	0,01%	1,07%	1,13%	0,02%	1,11%
2016	7,58%	0,15%	7,43%	7,09%	0,13%	6,96%

Fonte: Custodiante Qualificado (Banco do Brasil), Funpresp-Jud

* Custo dos investimentos: se refere às taxas de administração cobradas pelos gestores de recursos, além de despesas diretamente ligadas ao Custodiante Qualificado (remuneração, manutenção de contas – CETIP e SELIC), às operações com títulos públicos para a Carteira Própria, entre outros.

Tabela 8 – Rentabilidade Real

Mês	PB	PGA	CDI	Bmk PB	Bmk PGA
jan/16	0,11%	0,06%	-0,21%	0,34%	0,05%
fev/16	0,20%	0,16%	0,10%	0,29%	0,16%
mar/16	0,66%	0,66%	0,73%	0,37%	0,65%
abr/16	0,82%	0,51%	0,44%	0,31%	0,49%
mai/16	0,35%	0,27%	0,32%	0,36%	0,26%
jun/16	0,72%	0,76%	0,81%	0,37%	0,75%
2016	2,89%	2,44%	2,21%	2,05%	2,39%

Fonte: Custodiante Qualificado (Banco do Brasil), CETIP, Anbima, IBGE, Funpresp-Jud

Observações:

- a) Bmk PB: índice de referência (*benchmark*) do Plano de Benefícios = IPCA + 4,50% ao ano
b) Bmk PGA: índice de referência (*benchmark*) do Plano de Gestão Administrativa = 85% CDI + 15% IMA-B5
c) As rentabilidades dos índices de referência já estão deduzidas dos custos de investimentos

2.5. Custos na Gestão dos Investimentos

Em 18 de agosto de 2016 a Diretoria Executiva, consubstanciada na Nota Técnica nº 36, da Diretoria de Investimentos (Dirin) aprovou os custos dos investimentos incorridos no 1º semestre de 2016.

Consta da Nota Técnica da Dirin a discriminação das taxas de Administração dos Fundos Abertos e os custos explícitos e implícitos incorridos pela Funpresp-Jud durante o 1º semestre de 2016, segregados por plano, conforme tabelas a seguir:

Tabela 9 – Taxa de Administração Fundos Abertos

Fundo de Investimento	Taxa de Administração (a.a.)
BB Institucional Fundo de Investimento Renda Fixa	0,20%
BB Institucional Federal FIC RF LP	0,20%
BB Previdenciário Renda Fixa IRF-M 1 Títulos Públicos FIC	0,30% *
BB Previdenciário Renda Fixa IMA-B5 LP FIC	0,20%
BB Ações BDR Nível I	0,80% **
FI Caixa Brasil Referenciado DI LP	0,20%
FI Brasil IRF-M 1 Títulos Públicos RF	0,20%
FI Brasil IRF-M 1+ Títulos Públicos RF	0,20%
FI Brasil IDKA IPCA 2A RF LP	0,20%
FIA Caixa Brasil Ibovespa	0,50%
FIA Caixa Institucional BDR Nível I	0,70%

* Foi utilizado o valor máximo de referência do regulamento para a taxa, tendo em vista que o fundo aplica mais de 95% em cotas de outros fundos.

** Foi utilizado um valor intermediário em relação ao estabelecido no regulamento (entre 0,70% e 0,97%) para a taxa, tendo em vista que atualmente o fundo aplica um percentual ainda reduzido do seu patrimônio em cotas de outros fundos.

Tabela 10 – Custos dos Investimentos no 1º Semestre de 2016

Despesa	PGA		PB	
	Valor (R\$)	Rendimento (%)	Valor (R\$)	Rendimento (%)
CETIP	3.511,62	-0,02%	6.881,89	-0,02%
SELIC	208,56	0,00%	399,6	0,00%
Custodiante Qualificado	639,48	0,00%	1.184,74	0,00%
Negociações com Títulos	-	-	24.698,40	-0,07%
IOF	-	-	64,16	0,00%
Subtotal “Explícitos”	4.359,66	-0,02%	33.228,79	-0,10%
Taxa de Administração	-	-0,11%	-	-0,06%
TOTAL *	-	-0,13%	-	-0,15%

* Tendo em vista que os custos referentes às taxas de administração não são observáveis diretamente, e não transitam pelas Demonstrações Contábeis, foi calculado pela DIRIN apenas a diferença de rendimento em relação ao valor da cota bruta de cada fundo de investimento (sem o desconto da mencionada taxa). Dessa forma, não foi calculado o valor total financeiro dos custos dos investimentos, apenas o equivalente em perda de rentabilidade.

Concluiu a DIRIN, que os custos incorridos pela Funpresp-Jud no 1º semestre de 2016, relativamente aos investimentos, foram equivalentes a redução de 0,13% no rendimento do Plano de Gestão Administrativa e a redução de 0,15% na rentabilidade do Plano de Benefícios.

Comentários

Verifica-se que em conformidade com o item 14 do anexo da Resolução CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, a Diretoria Executiva apresenta aos Conselhos Deliberativo e Fiscal a rentabilidade bruta e a rentabilidade líquida auferidas em cada segmento de aplicação, bem como as taxas de administração, e todos os demais custos incorridos com a administração própria e terceirizada dos investimentos.

Constata-se que não há taxa de performance, portanto em linha com o disposto no art. 28 da Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012.

Os limites globais e de diversificações dos enquadramentos das alocações de recursos estão aderentes às normas em vigor e à Política de Investimentos 2016.

As rentabilidades alcançadas e o resultado econômico dos investimentos do PB e do PGA são devidamente acompanhados pelos órgãos estatutários.

Relevante destacar que o processo decisório de investimentos considera a conjuntura econômica, a política interna e externa e avalia a repercussão no preço e rentabilidade dos ativos.

↓



3. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

O controle da execução orçamentária requer uma análise se as projeções de despesas estão acontecendo dentro de padrões e desvios aceitáveis. O exame é feito por meio da comparação entre o valor projetado (orçamento aprovado pelo Conselho Deliberativo) e o efetivamente realizado. A análise de eventuais desvios considera aspectos quantitativos e qualitativos, e os desvios fora do padrão devem ser justificados.

As despesas administrativas são os gastos realizados pela Fundação na administração do Plano de Benefícios, por meio do Plano de Gestão Administrativa - PGA, incluídas as despesas de investimentos, tais como salários e encargos com pessoal, treinamentos, viagens e estadias, serviços de terceiros, despesas gerais e outras.

3.1 Execução orçamentária

O orçamento de 2016 foi aprovado pelo Conselho Deliberativo em sua 8ª sessão extraordinária, ocorrida em 19 de novembro de 2015.

A seguir os dados acumulados do 1º semestre de 2016, comparando o orçamento previsto com o realizado:

Tabela 11 – realização orçamentária de janeiro a junho/2016

ITENS	ORÇAMENTO (R\$ 1,00)		F/E	F – E
	Previsto (E)	Realizado (F)	(%)	R\$ 1,00
Despesas Administrativas (D)	4.608.005	3.771.876	81,85	(836.129)
Pessoal e Encargos	3.191.778	2.892.468	90,62	(299.310)
Serviços de Terceiros	243.164	155.334	63,88	(87.830)
Treinamento	78.562	45.548	57,98	(33.014)
Diárias e Passagens	95.204	49.831	52,34	(45.373)
Outras Despesas	884.797	588.179	66,48	(296.618)
PDTI	114.500	40.516	35,39	(73.984)

Verifica-se que todas as rubricas apresentam execução orçamentária inferior ao programado para o período. Consta dos relatórios de acompanhamento orçamentário, emitido pela COAFI/ DIRAD as seguintes justificativas para os desvios apresentados em cada rubrica:

Pessoal e Encargos: A maior parte da diferença a menor deriva de antecipações de ressarcimento aos órgãos de origem em dezembro/15 e não incorridas em janeiro/16 (R\$ 242.228,99), indicando que o orçamento nos meses subsequentes para esta rubrica (fevereiro a junho) tem obtido margens aceitáveis de desvio.

Serviços de Terceiros: R\$ 30.000,00 (34%) resulta de contratação prevista de serviços de auditoria interna não efetivada; R\$ 19.374,00 (22%) resulta de redução de custos em razão da contratação de

empresa terceirizada para serviços de courier em substituição ao posto de mensageiro; R\$ 18.500,00 (21%) resulta de ressarcimentos previstos aos órgãos com os quais a Funpresp-Jud mantém acordos de cooperação, não efetivados em função da inexecução de serviços inicialmente orçados em função do plano de contenção de despesas; R\$ 15.000,00 (18%) resulta de palestras e eventos previstos para realização no 1º semestre e não realizados.

Treinamento: esta rubrica vem apresentando sua execução de forma mais espaçada em relação ao seu orçamento, de forma que a diferença deve reduzir ainda ao longo do período.

Diárias e Passagens: mantém correlação com a de treinamento, de forma que também ela deve ter sua diferença reduzida ao longo do período.

Outras Despesas: as despesas de comunicação e marketing, bem como ações de modernização tiveram seus pagamentos postergados em relação aos respectivos orçamentos. Ainda, economias alcançadas em diversas rubricas de consumo, tais como telefonia fixa e móvel, energia elétrica, água e aluguel reforçam a distância a menor entre o planejado e o orçado.

PDTI: Economias alcançadas em aquisições registradas no PDTI e no uso do pacote de serviços mantido junto ao Serpro para uso da Infovia. Aquisições previstas pelo PDTI e postergadas ou ainda em fase de licitação.


3.2 Custeio Administrativo

O **Custeio Administrativo** (receitas) representa os recursos para cobertura dos gastos realizados na administração do plano, e no caso da Funpresp-Jud recebe recursos: i) da **taxa de carregamento** – percentual de 7% incidente sobre as contribuições previdenciais, exceto sobre as contribuições facultativas, arrecadadas mensalmente; ii) dos **resultados financeiros de aplicações** – rendimentos auferidos de recursos aplicados do plano de gestão administrativa; e iii) do **aporte inicial** a título de adiantamento de contribuições futuras.

Mensalmente, após a apuração das despesas administrativas e das receitas do PGA (Taxa de carregamento + resultado positivo dos investimentos do PGA), é identificado o valor necessário à cobertura das despesas do mês que será apropriado do empréstimo dos patrocinadores.

Conforme definido nos protocolos de compromissos firmados entre a Funpresp-Jud e o Ministério Público da União - MPU e o Supremo Tribunal Federal - STF, o montante aportado – empréstimo dos patrocinadores – é atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA a partir da data em que o recurso foi creditado na conta corrente da Funpresp-Jud, tendo como termo final a data em que ocorrerá a compensação da última parcela.

3.3 Indicadores de Gestão do PGA

A mensuração dos indicadores de gestão propicia identificar e confrontar o valor *per capita* da arrecadação, receita e despesa, sinalizando a distância do ponto de equilíbrio que separa a capacidade de arrecadação de receitas para fazer face às despesas administrativas para o funcionamento da Fundação. O resultado apresentado por este indicador no 1º semestre de 2016 significou a redução de 41% da despesa em relação ao mesmo período do ano anterior, superior à meta de 30% acordada para o ano. 

Comentários

Vale ressaltar que, em atendimento ao art. 19 do Regulamento do PGA, o Conselho Fiscal acompanhou e controlou a execução orçamentária e os indicadores de gestão das despesas administrativas, inclusive quanto aos limites e critérios quantitativos e qualitativos.

Após análise dos relatórios de Execução Orçamentária, elaborados pela COAFI/DIRAD, os Relatórios do 1º e 2º trimestres da Diretoria Executiva, e das atas dos órgãos estatutários, percebe-se que a execução orçamentária do 1º semestre de 2016 foi realizada de acordo com as diretrizes aprovadas pelo Conselho Deliberativo.

4. GESTÃO CONTÁBIL

A contabilização mensal é individualizada por plano de benefícios, Plano de Gestão Administrativa (PGA) e representada pelas demonstrações consolidadas, conforme o disposto na Resolução CNPC 8/2011 e Instrução 34/2009.

A seguir a demonstração do balanço patrimonial em 30/06/2016, comparativamente ao mês anterior.

ATIVO				PASSIVO			
	Junho/2016	Maior/2016	Var%		Junho/2016	Maior/2016	Var%
DISPONÍVEL	2.127,73	268,60	692,16%	EXIGÍVEL OPERACIONAL	17.754.104,23	18.076.990,57	-1,79%
REALIZÁVEL	64.828.790,58	62.134.401,64	4,34%	Gestão Previdencial	20.985,82	23.736,64	-11,59%
Gestão Administrativa	161.914,72	72.115,77	124,52%	Gestão Administrativa	17.733.118,41	18.050.858,73	-1,76%
Investimentos	64.066.875,86	62.062.285,87	4,20%	Investimentos	0,00	2.395,20	-100,00%
Títulos Públicos	14.743.860,59	14.560.831,15	1,26%	PATRIMÔNIO SOCIAL	47.209.932,66	44.198.388,06	6,81%
Créditos Privados e Depósitos	9.135.729,33	9.017.787,76	1,31%	Patrimônio de Cobertura do Plano	47.056.128,39	44.037.213,67	6,86%
Fundos de Investimento	40.787.285,94	38.483.666,96	5,99%	Provisões Matemáticas	47.056.128,39	44.037.213,67	6,86%
				Benefícios a Conceder	47.056.128,39	44.037.213,67	6,86%
PERMANENTE	133.118,57	140.708,39	-5,39%	Fundos	153.804,26	161.174,39	-4,57%
Imobilizado	133.118,57	140.708,39	-5,39%	Fundos Previdenciais	20.685,69	20.466,00	1,07%
				Fundos Administrativos	133.118,57	140.708,39	-5,39%
Total do Ativo	64.964.036,88	62.275.378,63	4,32%	Total do Passivo	64.964.036,88	62.275.378,63	4,32%

Fonte: Balancetes em 30/06/2016 – Coordenadora de Contabilidade

Mensalmente esta Assessoria analisa os balancetes contábeis emitidos pela Coordenadoria de Contabilidade – CCONT. Os resultados da conferência estão registrados em manifestações específicas, encaminhadas à Diretoria Executiva e aos Conselhos Deliberativo e Fiscal para providências e acompanhamento.

Durante as análises realizadas no 1º semestre de 2016, não foram verificadas inconsistências das apropriações e dos lançamentos contábeis nos balancetes do Plano de Benefícios - PB; do Plano de Gestão Administrativa – PGA e do Consolidado, bem como verifica-se a adequação das conciliações realizadas, e a conformidade às normas vigentes.

Destaca-se, como boa prática gerencial, a emissão dos relatórios emitidos pela Diretoria de Administração para acompanhamento das Demonstrações Contábeis, denominado RDEC, nos quais são demonstrados a evolução do patrimônio, das receitas e despesas administrativas; a contabilização do empréstimo do patrocinador; o cumprimento das obrigações acessórias à contabilidade; e acompanhamento dos indicadores.

Comentários

Do ponto de vista da gestão contábil, nota-se um constante aprimoramento das rotinas e dos controles, e conclui-se que as apropriações e os lançamentos contábeis foram efetuados com base em documentos idôneos, de forma clara, com a identificação do fato contábil, contendo os detalhamentos necessários ao seu registro e que, durante o 1º semestre de 2016, os balancetes foram encaminhados à PREVIC nos prazos legais estabelecidos pela Instrução MPS/PREVIC nº 34, de 2009.

Importante destacar que em 23 de junho de 2016 a Dirad emitiu a Nota Técnica nº 28, com a descrição da alteração de metodologia para o cálculo e apuração da cota previdencial em substituição ao atual método utilizado de cota de investimento. A nova metodologia é aplicada para realização do cálculo da cota patrimonial do plano de benefícios (PB) e da cota patrimonial do plano de gestão administrativa (PGA), considerando os registros contábeis oriundos do banco de dados do software TrustPrev. Em 13 de julho de 2017, em sua 8ª sessão extraordinária, o Conselho Deliberativo aprovou a alteração da Metodologia, conforme proposto na Nota Técnica.

A alteração da metodologia do cálculo da cota, possibilitou a entrada em produção do módulo de cotização do sistema Trust, o que ocorreu a partir de 1º de agosto de 2016.

A Diretoria Executiva aprovou em sua 15ª reunião extraordinária que a tolerância máxima para atualização da cota diária será de 8 (oito) dias úteis. Ocasão em que suspendeu os prazos previstos na Orientação Interna PRESI/GABIN nº 05/2015, a qual está em fase de atualização para contemplar os procedimentos da operacionalização do sistema integrado TrustPrev.

A entrada em produção do módulo cotização garante maior segurança ao processo de contabilização dos ativos e passivos, haja vista que após o fechamento do módulo cotização nenhuma área consegue alterar os registros anteriormente lançados, salvo sob justificativa para reabertura do módulo de cotização pela Coordenadoria de Contabilidade, o que demonstra o amadurecimento dos controles internos dos processos das áreas envolvidas.

5. CONTRATOS E LICITAÇÕES

Durante o 1º semestre de 2016, foram realizadas contratações e aquisições de bens e serviços de forma a subsidiar as atividades operacionais e de infraestrutura da Fundação.

Apresentamos a seguir as tabelas das aquisições e contratações referentes ao 1º semestre de 2016.

Tabela 12 - Aquisições de bens e serviços

Fornecedor	Processo Funpresp-Jud	Ordem de Fornecimento Valor	Finalidade	Modalidade
Janeiro				
ABRAPP CNPJ: 50.258.623/0001-37	00.005/2016	R\$ 1.289,00	Formação de uma biblioteca especializada em Previdência	Inexigibilidade

Abril				
Cruzeiro Prestação de Serviços Gráficos EIRELI - ME (Gráfica Cromax)	00.030/2016	OF nº. 13/2016 R\$ 4.498,00	Confecção de banners em lona para distribuição aos representantes da	Dispensa
Hugo Ulhôa Pimentel Catering Buffet e Pro. Eventos Me	00.009/2015	OF nº. 14/2016 R\$ 258,40	Serviços de <i>buffet</i> para eventos institucionais	Adesão à Ata de Registro de Preços
Robson Joares Marques Brindes EPP (Servgela Brindes)	00.033/2016	OF nº. 15/2016 R\$ 7.958,50	Aquisição de brindes para distribuição e sorteios durante o ano de 2016	Dispensa
Fascinação Flores e Presentes Ltda – ME	00.039/2016	OF nº. 16/2016 R\$ 1.260,00	Decoração do Encontro Nacional de Prev Comp do Poder Judiciário, MPU	Dispensa
In Vinyl Comunicação Visual Eireli - ME	00.039/2016	OF nº. 17/2016 R\$ 269,50	Decoração do Encontro Nacional de Prev Comp do Poder Judiciário, MPU	Dispensa
Hugo Ulhôa Pimentel Catering Buffet E Pro. Eventos Me	00.009/2015	OF nº. 18/2016 R\$ 323,00	Serviços de <i>buffet</i> para eventos institucionais	Adesão à Ata de Registro de Preços
Hugo Ulhôa Pimentel Catering Buffet E Pro. Eventos Me	00.009/2015	OF nº. 19/2016 R\$ 2.584,00	Serviços de <i>buffet</i> para eventos institucionais	Adesão à Ata de Registro de Preços

Maio				
FN – Equipamentos Tecnológicos e de Segurança LTDA.	00.041/2015	21/2016 R\$ 190,00	Recarga de extintores de incêndio	Dispensa
Biopure Comércio e Serviços em Equipamentos Médicos Ltda-EPP	00.047/2016	27/2016 R\$ 200,00	Aquisição de refis para purificador de água	Dispensa
Lugon Comercial Ltda	00.029/2016	25/2016 R\$ 4.288,00	Confecção de painéis para o Auditório	Dispensa

Junho				
CEL Tecnologia e Informática Ltda	00.045/2016	28/2016 R\$ 3.075,00	Aquisição de itens de tecnologia	Dispensa
A DEDETIBEM Desinsetizadora e Serviços gerais Ltda - ME	00.047/2016	30/2016 R\$ 430,00	Dedetização periódica das instalações	Dispensa

Não ocorreram aquisições nos meses de fevereiro e março.

Tabela 13 - Contratações

Contratada	Processo Funpresp-Jud	Contrato/Termo Aditivo Valor	Finalidade	Modalidade
Fevereiro				
In Press Assessoria de Comunicação Ltda.	00.080/2015	Termo Aditivo Sem alteração de valor	Prorrogação de vigência	Convite
Infobase Consultoria e Informática Ltda.	00.087/2015	Termo Aditivo – Sem alteração de valor	Prorrogação de vigência	Convite
Lidiane Barbosa do Vale Paixão - 01608327132	00.091/2015	Contrato – R\$ 6.000,00	Manutenção em aparelhos de ar-condicionado	Dispensa
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT	00.063/2014	Termo Aditivo – R\$ 6.000,00	Prorrogação de vigência e redução do valor estimado	Dispensa
Abril				
Mult Life Centro Clínico Ltda-EPP	00.017/2016	Tabela de valores constante no contrato	Serviços relativos à saúde e segurança do trabalho	Dispensa
Maio				
Imprensa Nacional	00.042/2016	Contrato – R\$ 30,37 por cm/col publicado	Publicação no Diário Oficial da União	Inexigibilidade
Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de	00.012/2016	Contrato – R\$ 460.000,00	Organização de concurso público	Dispensa
Consiglieri Europe Revisori e Consulenti Integrato Ltda	00.020/2016	Contrato – R\$ 8.376,00	Portal eletrônico destinado à educação financeira e previdenciária	Convite

Não ocorreram contratações e aditivos nos meses de janeiro, março e junho.

Comentários

Destaca-se, como boa prática gerencial, a emissão dos relatórios elaborados pela Diretoria de Administração e pela Coordenadoria de Administração e Finanças - COAFI, denominados RCON, para acompanhamento da execução orçamentária e dos processos de compras e contratações, encaminhados ao conhecimento dos órgãos estatutários.

Constata-se a integração entre as áreas técnicas proponentes, a COAFI e a Assessoria Jurídica - ASJUR referente aos procedimentos licitatórios e de compras e contratação.

Em atendimento ao princípio da transparência, todos os documentos referentes aos processos de licitação do 1º semestre de 2016 foram disponibilizados no site da Funpresp-Jud.

6. GESTÃO DO PASSIVO

O passivo atuarial representa as obrigações e os compromissos da Entidade, composto pelas reservas matemáticas e pelos fundos previdenciais, sendo de suma importância o seu controle para avaliação da aderência das hipóteses atuariais do plano de benefícios.

6.1 Informações Cadastrais

Em 30 de junho de 2016, a Funpresp-Jud não possuía participantes assistidos ou beneficiários em gozo de benefício concedido pelo Plano de Benefícios.

A seguir apresentamos as informações estatísticas da massa de participantes em 30/06/2016:

Tabela 14. Evolução mensal das adesões

MÊS/ANO	PATROCINADO	VINCULADO	AUTOPATROCINADO	NO PRAZO DE OPÇÃO PELOS INSTITUTOS	TOTAL
Saldo 2015	3967	98	6	21	4092
jan/16	310	2	-2	8	318
fev/16	285	1	3	-1	288
mar/16	63	9	1	-3	70
abr/16	119	3	0	1	123
mai/16	75	5	0	-7	73
jun/16	99	6	1	28	134
Acumulado 2016	951	26	3	26	1006
TOTAL	4.918	124	9	47	5.098

Fonte: RARC 06 – Arrecadação e Cadastro – Junho/2016

Tabela 15. Distribuição dos participantes por categoria

SITUAÇÃO	POR CATEGORIA		
	FEMININO	MASCULINO	TOTAL
PATROCINADO	2.497	2.421	4.918
VINCULADO	35	89	124
NO PRAZO OPÇÃO INSTITUTOS	18	29	47
AUTOPATROCINADO	3	6	9
TOTAL	2.553	2.545	5.098

Fonte: RARC 06 – Arrecadação e Cadastro – Junho/2016

Tabela 16. Distribuição dos participantes por sexo e grupo de idade

ESCALA	FEMININO	MASCULINO	TOTAL
18 a 21	8	20	28
22 a 25	162	254	416
26 a 29	782	685	1.467
30 a 33	741	684	1.425
34 a 37	443	431	874
38 a 41	196	195	391
42 a 45	91	130	221
46 a 49	55	68	123
50 a 53	44	41	85
54 a 57	19	20	39
58 a 61	7	8	15
62 a 71	5	9	14
TOTAL	2.553	2.545	5.098

Fonte: RARC 06 – Arrecadação e Cadastro – Junho/2016

Verificou-se em 30/06/2016 os seguintes resultados para os indicadores de atingimento da meta de adesões:

- i) Participantes patrocinados: meta 2016 atingir 6.035
Dados da base em 30/06/2016: 4.927 patrocinados = 81,64%
- ii) Participantes vinculados: 3% sobre o total de participantes patrocinados
Dados da base em 30/06/2016: 124 vinculados = 2,05%

Tabela 17: distribuição de participantes por patrocinador até 30/06/2016:

Qtd.	Patrocinador	Até 30/06/2016	%	Qtd.	Patrocinador	Até 30/06/2016	%
1	MPF	693	13,59%	49	SJDF	19	0,37%
2	TRT2	348	6,83%	50	SJPA	19	0,37%
3	TJDFT	346	6,79%	51	TRF1	19	0,37%
4	MPT	291	5,71%	52	TRT17	19	0,37%
5	TRT1	219	4,30%	53	TRT5	18	0,35%
6	MPDFT	217	4,26%	54	TREPE	17	0,33%
7	STJ	182	3,57%	55	SJES	16	0,31%
8	TRT15	142	2,79%	56	TRESE	15	0,29%

9	TRT8	128	2,51%	57	SJMS	13	0,26%
10	TRT18	123	2,41%	58	TRERO	13	0,26%
11	TST	122	2,39%	59	TRT14	13	0,26%
12	TRT3	103	2,02%	60	TRT24	13	0,26%
13	TREMG	101	1,98%	61	MPM	12	0,24%
14	SJSP	100	1,96%	62	TREPB	12	0,24%
15	SJRJ	97	1,90%	63	TRT13	11	0,22%
16	STF	90	1,77%	64	ESMPU	10	0,20%
17	TRT12	80	1,57%	65	SJAP	10	0,20%
18	TRT10	79	1,55%	66	SJMA	10	0,20%
19	TRF3	78	1,53%	67	SJTO	10	0,20%
20	TRESP	75	1,47%	68	TRERR	10	0,20%
21	CNMP	68	1,33%	69	CJF	9	0,18%
22	TRT9	67	1,31%	70	TREBA	9	0,18%
23	CNJ	63	1,24%	71	TRT21	9	0,18%
24	TSE	61	1,20%	72	TRT19	8	0,16%
25	TRT4	60	1,18%	73	SJMT	7	0,14%
26	TRERJ	57	1,12%	74	SJRO	7	0,14%
27	SJRS	50	0,98%	75	TREAP	7	0,14%
28	SJMG	48	0,94%	76	TREMS	7	0,14%
29	TREPR	43	0,84%	77	TREPI	7	0,14%
30	TREMA	42	0,82%	78	TRESC	7	0,14%
31	SJPR	41	0,80%	79	TRF5	7	0,14%
32	TRT16	38	0,75%	80	TRT20	7	0,14%
33	TRT6	37	0,73%	81	SJAM	6	0,12%
34	TRT11	34	0,67%	82	SJRN	6	0,12%
35	TRT23	33	0,65%	83	SJRR	6	0,12%
36	TREGO	31	0,61%	84	SJGO	5	0,10%
37	TRF2	31	0,61%	85	SJSE	5	0,10%
38	SJCE	29	0,57%	86	SJPI	3	0,06%
39	SJPB	27	0,53%	87	TREDF	3	0,06%
40	SJSC	27	0,53%	88	TREES	3	0,06%
41	STM	25	0,49%	89	TREMT	3	0,06%
42	TREAM	23	0,45%	90	TRT22	3	0,06%
43	TREPA	23	0,45%	91	TRERN	2	0,04%
44	TRF4	23	0,45%	92	TRT7	2	0,04%
45	SJBA	21	0,41%	93	SJAC	1	0,02%
46	TRERS	21	0,41%	94	SJAL	1	0,02%
47	SJPE	20	0,39%	95	TREAC	1	0,02%
48	TRECE	20	0,39%	96	TRETO	1	0,02%
				Total			
				5.098		100%	

6.2 Informações Financeiras

Em atendimento à recomendação do Conselho Fiscal registrada na 6ª Sessão Ordinária de 2015, a COARC realizou em setembro de 2015 a consistência das informações financeiras registradas no sistema previdenciário até 31/5/2015.

A conciliação foi realizada com base nas críticas parametrizadas no sistema previdenciário, foram identificadas inconsistências relacionadas a 71 patrocinadores, os quais foram notificados por meio do Ofício Circular DISEG 3, de 29 de outubro de 2015 e reiterados em 11 de dezembro de 2015, por meio do Ofício Circular DISEG 6.

Até 31 de julho, 39% das inconsistências haviam sido ajustadas no módulo previdencial do sistema TrustPrev, ou seja, das 1.216 inconsistências verificadas 477 foram atendidas pelos patrocinadores. A Coarc irá reiterar, até as notificações aos patrocinadores que ainda não providenciaram os acertos, conforme consta do acompanhamento do indicar de consistências financeiras.

O quadro a seguir apresenta os valores mensais e acumulados da arrecadação das contribuições normais dos participantes e patrocinadores, das contribuições facultativas, do pagamento de multa de contribuições em atraso e das entradas de portabilidade, no período de janeiro a julho/2016, bem como as variações em relação aos meses anteriores.

Tabela 18. Arrecadação mensal das contribuições normais dos participantes e patrocinadores, das contribuições facultativas, do pagamento de multa de contribuições em atraso e das entradas de portabilidade

REFERÊNCIA	CONTRIBUIÇÃO*
jan/16	R\$ 2.524.347,51
fev/16	R\$ 2.453.868,93
mar/16	R\$ 2.862.368,87
abr/16	R\$ 2.989.392,75
mai/16	R\$ 2.745.153,50
jun/16	R\$ 2.715.954,75
TOTAL 1º Sem/2016	R\$ 16.291.086,31

* Valores já considerando as devoluções de contribuições

A arrecadação das contribuições no período de janeiro a junho/2016 totalizou R\$ 16,291 milhões. Conforme relatórios emitidos pela Diseg, verificou-se a paridade das contribuições entre participante e patrocinador, exceto no mês de junho que apresentou uma pequena diferença devido a um repasse a menor do patrocinador TRT da 13ª Região, para contribuição patronal.

Em junho foi arrecadado o valor de R\$ 118 mil referente às contribuições de competências anteriores, resultado das notificações dos patrocinadores por meio do Ofício Circular 3/DISEG, de 29/10/2015.

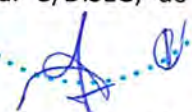


Tabela 19. Arrecadação mensal das contribuições normais dos participantes e patrocinadores

COMPETÊNCIA (MÊS/ANO)	PATROCINADOR	PARTICIPANTE	DIFERENÇA
jan/16	R\$ 1.068.480,43	R\$ 1.068.184,48	R\$ 295,95
fev/16	R\$ 1.117.231,07	R\$ 1.117.031,95	R\$ 199,12
mar/16	R\$ 1.165.142,42	R\$ 1.164.932,46	R\$ 209,96
abr/16	R\$ 1.205.234,31	R\$ 1.205.238,10	-R\$ 3,79
mai/16	R\$ 1.230.074,75	R\$ 1.230.074,74	R\$ 0,01
jun/16	R\$ 1.228.301,13	R\$ 1.228.335,54	-R\$ 34,41

* Valores já considerando as devoluções de contribuições

Fonte: RARC 06 – Arrecadação e Cadastro – Junho/2016

As diferenças apresentadas referem-se basicamente às devoluções de rentabilidade decorrente dos cancelamentos das adesões automáticas.

6.3 Informações Atuariais e de Benefícios

De acordo com a Resolução CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, as hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras devem estar adequadas às características da massa de participantes e assistidos e ao regulamento do Plano de Benefícios.

No Parecer Atuarial emitido em 27 de março de 2015, o atuário da Fundação concluiu que “o plano de benefícios previdenciários administrado pela Funpresp-Jud atende a legislação vigente e mantém a situação econômico-financeira e atuarial equilibrada, com a devida mensuração do plano de custeio aos benefícios oferecidos”.

Tabela 20 - Mortalidade

Sexo	Esperado 2015	Observado	Esperado 2016
Masculino	0,487	0	1,527
Feminino	0,263	0	0,983
Total	0,750	0	2,510

Tabela 21 - Entrada em invalidez

Sexo	Esperado 2015	Observado	Esperado 2016
Masculino	0,674	0	1,823
Feminino	0,601	0	1,824
Total	1,275	0	3,647

A seguir apresentamos as hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras utilizadas em 2014 e 2015, a serem mantidas em 2016:

Tabela 22- Hipóteses atuariais

Hipóteses atuariais	2016
Taxa real de juros	4% a.a.
Crescimento real de salários	0%
Crescimento real de benefícios	0%
Fator de determinação do valor real dos salários	100%
Fator determinação do valor real dos benefícios	100%
Rotatividade	0%
Tábua de mortalidade geral	RP 2000 Geracional, por sexo
Tábua de mortalidade de inválidos	AT 49-Male
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas, agravada em 20%

Destaca-se que o percentual apurado de 15,02%, destinado à formação do FCBE na avaliação atuarial de 2015, foi o mesmo apresentado na avaliação do ano de 2014. Dessa forma, em função do custeio ter se confirmado pelo segundo ano consecutivo, o atuário sugeriu em seu parecer atuarial a alteração do plano de custeio a partir de 2016, com a devida redução de 15,35% para 15,02%. Descontada a taxa de carregamento de 7,00% e o FCBE de 15,02%, o percentual destinado à conta de Reserva Acumulada Normal (RAN) é de 77,98%. A proposta foi aprovada pelo Conselho Deliberativo, e vigora desde de 1º de abril de 2016, início da vigência do plano de custeio anual.

6.4 Provisões Matemáticas

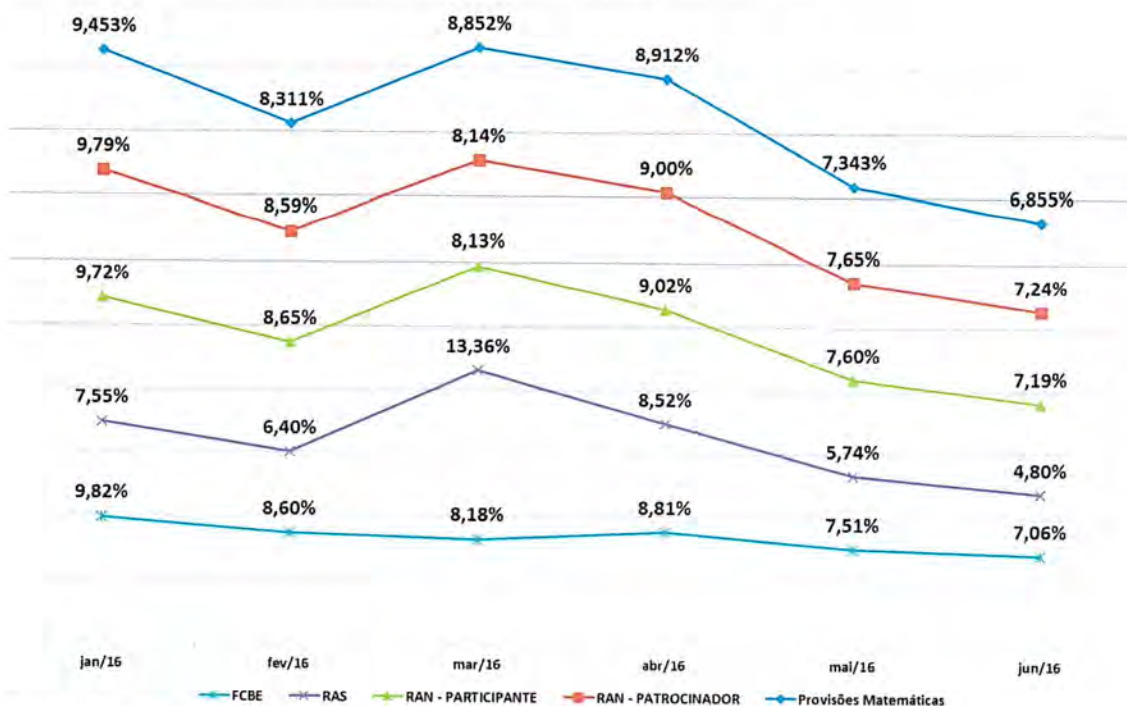
As provisões matemáticas são apuradas mensalmente pela Coordenadoria de Atuária e de Benefícios, após a realização das análises e consistências das informações cadastrais e financeiras disponíveis no sistema previdencial.

Tabela 23. Evolução das provisões matemáticas, no período de janeiro a junho de 2016.

COMPETÊNCIA (MÊS/ANO)	Benefícios a Conceder (RAN + RAS)	FCBE	Patrimônio de Cobertura do Plano*
jan/16	R\$ 27.397.548	R\$ 4.551.801	R\$ 31.949.350
fev/16	R\$ 29.661.193	R\$ 4.943.469	R\$ 34.604.662
mar/16	R\$ 32.320.017	R\$ 5.347.680	R\$ 37.667.697
abr/16	R\$ 35.206.065	R\$ 5.818.739	R\$ 41.024.804
mai/16	R\$ 37.781.431	R\$ 6.255.783	R\$ 44.037.214
jun/16	R\$ 40.358.804	R\$ 6.697.325	R\$ 47.056.128

* Patrimônio de Cobertura = Saldo das Contas de RAN, RAS e FCBE

Gráfico 1 - Percentual da variação mensal das Provisões Matemáticas



Fonte: RCONS 06/2016 - Coordenadoria de Atuária e de Benefícios

Segundo a Coabe o crescimento das Provisões Matemáticas em junho, de 6,855%, comparativa aos demais meses de 2016, foi influenciado pelo menor volume de portabilidade de entrada do ano, no valor de R\$ 97.104,51, menor valor de acerto de contribuições retroativas efetuadas pelos patrocinadores, e por uma menor variação na cota do plano: 1,38% em janeiro; 1,10% em fevereiro; 1,09% em março; 1,43% em abril; 1,13% em maio e 1,07% em junho (variação apurada com base na cota do último dia útil do mês de referência sobre a cota do último dia útil do mês anterior).

6.5 Monitoramento das Obrigações atuariais

Em 21 de janeiro de 2016, a Funpresp-Jud recebeu o Ofício Circular nº 01/DITEC/PREVIC, de 20 de janeiro de 2016, o qual tratou da suspensão do prazo para envio à PREVIC das Estatísticas de Benefícios e População relativas ao 1º e 2º semestres de 2015, esclareceu ainda, que em data oportuna será definido o novo prazo para envio das informações.

Cabe citar a Instrução MPS/PREVIC nº 23, de 26 de junho de 2015, que estabelece orientações e procedimentos na realização dos estudos técnicos que visem a atestar a adequação das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras às características da massa de participantes e assistidos do plano de benefícios. Sua aplicação é facultativa para a avaliação atuarial do encerramento do exercício de 2015 e obrigatória a partir do exercício de 2016.

A Resolução MPS/CNPC nº 15, de 19/11/2014, exigia que tais estudos fossem realizados por planos cujos benefícios tivessem seu valor ou nível previamente estabelecido e cujo custeio fosse determinado atuarialmente, bem como para os planos que adquirissem característica de benefício definido na fase de concessão.



A nova Instrução passou a exigir o estudo para os planos que, independentemente de sua modalidade, possuam obrigações registradas em provisão matemática de benefício definido, como é o caso da conta de registro do FCBE.

A COABE efetua o acompanhamento permanente das hipóteses atuariais utilizadas no plano de benefícios, em observância à legislação aplicável, cabendo, para fins de avaliação atuarial, a realização do estudo de aderência nos moldes da Instrução supracitada.

6.6 Consistências e controles

Durante a revisão do Planejamento Estratégico 2016-2020 foram definidas metas, ações e indicadores vinculados às atividades da Diretoria de Seguridade, responsável pela gestão da base cadastral e financeira dos Participantes da Fundação.

Mensalmente a Coordenadoria de Atuária e de Benefícios (Coabe) realiza atividades de consistência para o acompanhamento permanente das hipóteses atuariais utilizadas no plano de benefícios.

O resultado do trabalho realizado pela Coabe é analisado pela Coordenadoria de Arrecadação e de Cadastro (Coarc), que por sua vez providencia as ações necessárias ao ajuste das informações no sistema previdencial.

Além disso, a Coarc realiza o acompanhamento da evolução das informações cadastrais e financeiras, destacando-as em relatório específico, inclusive com a demonstração dos resultados mensais dos indicadores de gestão vinculados às suas atividades.

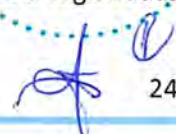
Um grande avanço dos controles e da consistência das informações foi registrado no Painel de Transparência e Governança da Funpresp-Jud, divulgado em setembro de 2016. Trata-se de ferramenta de comunicação de resultados da Fundação que compartilha informações, usando visualização e interação com indicadores por meio da tecnologia de *Business Intelligence*.

O painel apresenta *dashboards* que possibilitam a análise de série histórica, desde 2013, e panorama geral sobre participantes, patrocinadores, patrimônio, receitas (contribuições) e despesas, proporcionando aos órgãos de governança acompanhar e aperfeiçoar a gestão de metas e indicadores, visando tomada de decisões para execução da estratégia e maximização dos resultados.

Comentários

Durante reuniões realizadas com a Diretoria de Seguridade esta Assessoria verificou que está em fase de realização pela Coarc um novo processo de consistência financeira para apuração das diferenças e posterior notificação dos patrocinadores, o que deverá ser realizado até o final de novembro.

Conforme registrado no item 6.6, a evolução das conciliações realizadas pelas Coordenadorias de Arrecadação e de Cadastro e de Atuária e de Benefícios possibilitou que todas as contribuições recebidas pela Fundação estejam devidamente apropriadas nas contas individuais dos participantes e registradas igualmente nos balancetes contábeis da Fundação.



Além dos relatórios emitidos e publicados pelas referidas coordenadorias, estão registrados em relatório específico da Coabe as inconsistências apuradas mensalmente, com o detalhamento e a abertura que possibilitam a Ascoi o acompanhamento das providências necessárias. Por sua vez, a Coarc oficializa os ajustes realizados em Despacho juntado aos relatórios detalhados da Coabe.

Vale registrar que ainda estão em fase de melhoria dos controles o processo de notificação dos patrocinadores com relação às inconsistências verificadas mensalmente, bem como seu acompanhamento.

Considerando os dispositivos constantes dos normativos vigentes, recomenda-se que aperfeiçoamento dos controles deste processo tenha prioridade e sejam implantados de forma tempestiva, para garantir os direitos dos participantes.

Verifica-se que as premissas e hipóteses atuariais estão aderentes e observam a legislação em vigor, bem como os resultados atuariais do plano apresentam adequada evolução.

Além do acompanhamento realizado pela Coordenadoria de Atuária e Benefícios - COABE, a empresa de auditoria externa realiza anualmente análise quanto à razoabilidade das premissas atuariais utilizadas e testes de consistência da base de dados dos participantes e assistidos.

Importante zelar pela atualização dos dados cadastrais, para tanto, é recomendável que se mantenham as rotinas de recadastramento e testes de consistência, de forma a se obter as informações com a qualidade necessária para a execução dos cálculos atuariais.

7. GOVERNANÇA

O Conselho Deliberativo aprovou na sua 10ª Sessão Ordinária, realizada em 04 de novembro de 2015, o Manual de Governança da Funpresp-Jud, o qual consolida as regras e os princípios que norteiam a Fundação, envolvendo as práticas e os relacionamentos entre seus Participantes, Patrocinadores, Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal, Diretoria-Executiva, empregados, colaboradores, Auditoria Independente, Comitês, de forma a convergir as boas práticas de governança em recomendações objetivas, visando a defesa dos interesses da Entidade.

Em 20 de janeiro de 2016, foi aprovada pelo Conselho Deliberativo a Política de Alçadas Decisória da Funpresp-Jud, que visa estabelecer responsabilidades, critérios e limites para as aprovações relacionadas à tomada de decisão, especialmente, as que envolvam recursos orçamentários e financeiros.

A primeira versão do Código de Ética e de Conduta da Funpresp-Jud foi aprovado pelo Conselho Deliberativo em sua 2ª sessão ordinária, realizada em 14 de fevereiro de 2014, já em sua 11ª sessão ordinária de 2016 aprovou a alteração do Código de Ética e de Conduta, conforme alterações sugeridas pelo Comitê de Ética e pela Diretoria Executiva da Fundação.

Em atendimento ao disposto no item 7.2 do Código de Ética, em 28 de outubro de 2015, por meio da Portaria CD nº 5, o Conselho Deliberativo designou os membros para composição do Comitê de Ética da Funpresp-Jud.



Verifica-se que o Código de Ética e de Conduta está aderente às recomendações constantes do Guia de “Melhores Práticas de Governança para Entidades Fechadas de Previdência Complementar” editado pela PREVIC em setembro de 2012.

8. PLANO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O Conselho Deliberativo emitiu em 1º de junho de 2016 a Resolução-CD nº 05, que instituiu o Planejamento Estratégico 2016-2020.

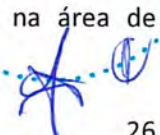
A partir das perspectivas e objetivos aprovados a Diretoria Executiva propôs ao Conselho Deliberativo as metas e indicadores vinculadas a cada objetivo estratégico, os quais foram aprovados na 7ª Sessão Ordinária do Conselho Deliberativo, realizada no dia 06 de julho de 2016.



Cumprir-se que nem todas as ações possuem um indicador correspondente, a fim de não haver uma sobrecarga de captação de informações. Desse modo, existem 55 ações e 40 indicadores estratégicos de desempenho.

Verifica-se que existe um monitoramento contínuo do cumprimento do Planejamento Estratégico e do Plano de Ação Tático, suas respectivas metas e ações, bem como do resultado dos indicadores de gestão, visando assegurar a interação entre o planejamento e sua execução, viabilizando a correção de desvios e a retroalimentação permanente de todo o processo de planejamento.

O monitoramento do Planejamento Estratégico, de suas respectivas metas e ações, bem como do resultado dos indicadores de gestão é realizado mensalmente e demonstrado no relatório mensal emitido pela Presidência, encaminhado aos Conselhos Fiscal e Deliberativo e disponibilizado na área de transparência do site da Funpresp-Jud.



9. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

Destaca-se neste item a edição e aprovação da Política de Gerenciamento de Riscos da Funpresp-Jud, aprovada pelo Conselho Deliberativo, em sua 8ª Sessão Ordinária de 03 de agosto de 2016. A Política foi elaborada com o objetivo de definir as diretrizes a serem observadas para identificação, avaliação, controle e monitoramento contínuo dos riscos e dos controles internos da Fundação, visando ao fortalecimento do ambiente de governança corporativa e à aderência dos controles internos aos normativos vigentes.

Além disso, está em fase de elaboração o Plano de Controle Interno – PCI anual, que definirá as prioridades e o cronograma das atividades de monitoramento do ciclo de avaliação.

Anualmente, serão realizados ciclos de avaliação da Fundação, cujos resultados serão analisados pela Diretoria Executiva e pelos Conselhos Deliberativo e Fiscal. O acompanhamento do plano de ação resultante do processo de avaliação deverá ser realizado pela Assessoria de Controle Interno, no mínimo semestralmente, juntamente com a emissão dos relatórios de controles internos, que subsidiam a manifestação do Conselho Fiscal da Funpresp-Jud.

Relevante destacar que além da Política de Gerenciamento de Riscos, também foram aprovadas as Políticas de Comunicação e a Política de Segurança da Informação. A aprovação de políticas que norteiam a gestão e operacionalização dos processos da Funpresp-Jud, demonstram a maturidade e a transparência dos processos da Entidade.

No contexto operacional atual da Fundação, observa-se que, além das atividades de rotina, está em curso uma série de questões estruturantes, uma delas é o mapeamento e a Manualização dos processos da Entidade.

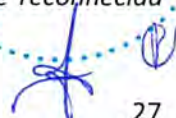
Até o momento foram institucionalizados os manuais dos processos das áreas de Arrecadação e de Cadastro, Contabilidade e Relacionamento com Participantes.

Foram concluídos os mapeamentos e Manualização dos processos da área de investimentos e de Gestão de Pessoas, estando em fase de análise e revisão pelas áreas para posterior aprovação da Diretoria Executiva, ainda no exercício de 2016.

O contexto de gestão de riscos e controles, está diretamente ligado ao objetivo estratégico OE4, ter práticas de gestão eficiente, transparente e com foco em resultado, neste sentido destaca-se a conclusão da integração de todos os módulos do sistema corporativo de gestão previdenciária – TrustPrev.

9.1 Certificação dos Administradores e demais Participantes do Processo Decisório dos Investimentos

Sobre o processo de certificação a Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, define em seu art. 8º que *“A aplicação dos recursos dos planos da EFPC requer que seus administradores e demais participantes do processo decisório dos investimentos sejam certificados por entidade de reconhecida capacidade técnica.”*



A Resolução CNPC nº 19, de 30 de março de 2015, define regras quanto ao processo de certificação, habilitação e qualificação no âmbito das entidades fechadas de previdência complementar, conforme transcrito a seguir:

“Art. 5º Será exigida certificação para o exercício dos seguintes cargos e funções:

- I- membro da diretoria-executiva;*
- II- membro do conselho deliberativo e do conselho fiscal;*
- III- membro dos comitês de assessoramento que atuem na avaliação e aprovação de investimentos; e*
- IV- demais empregados da EFPC diretamente responsáveis pela aplicação dos recursos garantidores dos planos.*

§ 1º As pessoas relacionadas nos incisos I, II e III terão prazo de um ano, a contar da data da posse, para obterem a certificação, exceto o AETQ e as pessoas relacionadas no inciso IV, que deverão estar certificados previamente ao exercício dos respectivos cargos.

Neste sentido, os membros da Diretoria Executiva, os membros titulares e suplentes do Conselho Fiscal, todos os membros titulares do Conselho Deliberativo e parte dos membros suplentes, restando apenas três membros suplentes pendentes de certificação, que por sua vez estão com processo em andamento.

O Comitê de Investimentos e Riscos – COINV encontra-se com todos os seus membros certificados, a exceção do membro suplente Jorge Luis da Silva Lustosa, que providenciará certificação.

9.2 Habilitação da Diretoria Executiva e dos Conselhos Deliberativo e Fiscal

Sobre o processo de Habilitação a Instrução 28, de 12 de maio de 2016, define em seu art. 6º que *“O exercício como membro de diretoria-executiva, conselho deliberativo e conselho fiscal, depende da prévia obtenção do Atestado de Habilitação de Dirigente de EFPC ou Conselheiro de EFPC a ser expedido pela Previc.”*

Em seu art. 15, define que *“A EFPC terá o prazo de até cento e oitenta dias para envio da documentação de que trata o art. 8º em relação aos membros do conselho deliberativo, da diretoria-executiva e do conselho fiscal que estiverem em exercício na data de entrada em vigor desta Instrução”, a contagem do prazo se deu a partir do dia 1º de julho de 2016.*

Neste sentido, a Fundação elaborou roteiro com o propósito de apresentar uma síntese dos procedimentos para habilitação dos dirigentes e membros dos conselhos, que foi encaminhado aos Conselhos Deliberativo e Fiscal por meio dos ofícios nº 603 e 604, de 28 de junho de 2016, respectivamente.

Toda a Diretoria Executiva da Fundação foi devidamente habilitada pela Previc em 25 de agosto de 2016.

Os membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, com o apoio da Diretoria Executiva, estão em fase de levantamento dos documentos necessários ao encaminhamento da Habilitação à Previc.

9.3 Análise das Certidões Negativas da Funpresp-Jud

Mensalmente esta ASCOI realiza a análise das Certidões Negativas da Funpresp-Jud (Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; Certificado de Regularidade do FGTS – CRF; e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas) para verificação da validade e regularidade de cada certidão.

Após as análises realizadas, verificou-se que as certidões emitidas até outubro de 2016 estão válidas e atestam a regularidade da Funpresp-Jud junto à Receita Federal do Brasil, Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Justiça Trabalhista e Caixa Econômica Federal (quanto ao FGTS).

As análises são registradas em manifestação específica e encaminhadas aos órgãos de governança para conhecimento e acompanhamento.

9.4 Ferramenta de gerenciamento de riscos

Considerando o objetivo estratégico OE 4 - Ter práticas de gestão eficiente, transparente e com foco em resultado, o projeto previsto no Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI da Funpresp-Jud, de aquisição da ferramenta tecnológica de gerenciamento de riscos, foi aperfeiçoado, considerando os princípios da economicidade e efetividade nas contratações, a Diretoria de Administração, envidará esforços para conseguir junto ao Ministério Público Federal a cessão de uso do software de gestão estratégica, daquele órgão, o que representará uma economia nas despesas administrativas da Fundação.

Além disso, com o intuito de oferecer soluções eficazes para geração e análise de informações relevantes para auxiliar no processo gestão e controle de riscos, a utilização desse sistema está associado a utilização do software de *Business Intelligence* e software de gestão previdenciária.

O objetivo dessa contratação é instrumentalizar e racionalizar os processos de trabalho de controle e avaliação, constituindo uma parte efetiva de implantação da gestão de riscos na Fundação.

9.5 Acompanhamento das Obrigações Legais

Para monitorar o cumprimento dos prazos legais, a Funpresp-Jud utiliza o *software “Calendário de Obrigações”*, disponibilizado pela Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - ABRAPP.

Anualmente são associadas aos respectivos responsáveis as obrigações legais com periodicidade anual, semestral, mensal e quinzenal, e quando aplicável.

O monitoramento do cumprimento das obrigações é realizado por esta ASCOI, a fim de mitigar o risco do descumprimento das obrigações por parte áreas técnicas da Funpresp-Jud.



9.6 Acompanhamento das recomendações do Conselho Fiscal

Destaca-se o acompanhamento das atas do Conselho Fiscal realizado pela Diretoria Executiva da Fundação, para monitoramento e cumprimento das recomendações efetuadas.

Em 10 de agosto de 2016, por meio do Ofício nº12/CF, o Conselho Fiscal encaminhou ao Conselho Deliberativo seu Relatório de Controles Internos, referente ao 2º semestre de 2015, no qual restaram recomendações à Diretoria Executiva da Fundação.

Por meio do Ofício nº 681/PRESI-DE, de 30 de agosto de 2016, a Diretoria Executiva encaminhou ao Conselho Deliberativo os esclarecimentos e providências adotadas para cada uma das recomendações elencadas no referido relatório.

Por sua vez o Conselho Deliberativo emitiu Ofício nº 003/CD/Funpresp-Jud, de 25 de outubro de 2016, com recomendações à Diretoria Executiva, em relação aos apontamentos do Conselho Fiscal. A Diretoria Executiva, encaminhou ao Conselho Deliberativo, em 25 de novembro de 2016, por meio do Ofício nº 758/PRESI-DE, de 25 de novembro de 2016, os esclarecimentos e as providências em para cada recomendação do Conselho Deliberativo.

9.7 Acompanhamento das recomendações da Auditoria dos Patrocinadores

Em 08 de janeiro de 2015, foi publicada no Diário Oficial da União a Portaria Conjunta STF/TST/MPU nº 1, de 18 de dezembro de 2015, que constituiu a Comissão de Auditoria dos Patrocinadores, para realização dos trabalhos de auditoria referente ao exercício de 2015.

Por meio do Ofício nº 82/GDG, de 10 de maio de 2016 o Patrocinador Supremo Tribunal Federal, encaminhou à Fundação o relatório elaborado pela comissão de auditoria dos patrocinadores.

A Diretoria Executiva aprovou em sua 20ª Reunião Ordinária a Nota de Esclarecimentos com as providências e os esclarecimentos para os apontamentos constantes do referido relatório, em atendimento ao Ofício nº 7/CF. A nota foi encaminhada aos Conselhos Fiscal e Deliberativo, por meio dos ofícios nº 569 e 570, respectivamente.

Em observância ao disposto no parágrafo único do art. 25 da LC 108/2001, a Fundação encaminhou à Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc a cópia do relatório emitido pela Comissão de auditoria dos patrocinadores, bem como seus desdobramentos.

9.8 Acompanhamento dos apontamentos da PREVIC

No exercício de 2015 não houve recomendações e/ou apontamentos pela Superintendência de Previdência Complementar – PREVIC.

10. CONCLUSÕES

O presente Relatório apresentou o acompanhamento, consubstanciadas nos Relatórios Gerenciais das áreas, quanto à aderência da gestão dos recursos garantidores às normas e à política de investimentos, à aderência das premissas e hipóteses atuariais e o acompanhamento da execução orçamentária, em face dos normativos vigentes. Analisou igualmente as ações relacionadas à estruturação dos controles internos e à gestão de riscos da Entidade.

No aspecto da avaliação de riscos, destaca-se o trabalho de mapeamento de processos já iniciado, estando alinhado com a estratégia, com os objetivos e com as ações da Fundação. Esta Assessoria está participando do mapeamento de processos, com o objetivo de conhecer as atividades das áreas técnicas e sugerir as melhorias do ponto de vista de controle.

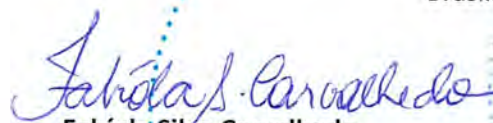
O controle de processos e procedimentos internos de 2016 foi cumprido pelo monitoramento contínuo dos principais resultados da Entidade, de suas atividades e dos respectivos riscos, bem como pelo acompanhamento das recomendações às áreas técnicas e dos órgãos de governança.

Destaque igualmente para os resultados da integração de todos os módulos do sistema corporativo de gestão previdenciária - TrustPrev, automatizando os procedimentos e consequente aperfeiçoando e eficiência e melhoria contínua dos processos.

Nesse contexto é fundamental implantar e padronizar os seus procedimentos internos, concentrando esforços na execução das ações e projetos previstos no Planejamento Estratégico e no Plano de Ação Tático da Fundação.


Por fim, conclui-se que as premissas atuariais adotadas estão adequadas, refletindo o comportamento do Plano de Benefícios, bem como há adequação na gestão dos investimentos e na execução orçamentária, estando enquadradas na legislação vigente.

Brasília, 29 de novembro de 2016.



Fabíola Silva Carvalho
Assessora de Controle Interno

1. Ciente.
2. Encaminhe-se o presente Relatório para conhecimento e apreciação da Diretoria-Executiva, e posterior envio aos Conselhos Fiscal e Deliberativo.


MARCIO LIMA MEDEIROS
Diretor-Presidente - Substituto